



CONSELHO DE REPRESENTANTES

ATA N.º 25/2019

Aos dezasseis dias do mês de julho de dois mil e dezanove, pelas quinze horas e quarenta e cinco minutos, reuniu-se o Conselho de Representantes (CR) da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4.

Na reunião estiveram presentes os seguintes membros: Cláudia Silvestre (que presidiu), Francisco Sena Santos, Helena Ribeiro, Jorge Trindade (que redigiu a presente ata), Júlia Leitão de Barros, Luís Carlos Braya, Luís Guilherme East de Freitas, Mafalda Andrade, Manuel Marques Batista, Mário Barata, Nuno Portugal e Ricardo Nogueira. Os restantes membros efetivos comunicaram atempadamente a sua impossibilidade de participação na reunião, o que foi aceite pelo Conselho.

Esta reunião teve a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação da ata 24;
3. Sistema Interno de Garantia da Qualidade
4. Assuntos supervenientes.

A Presidente do CR iniciou a reunião agradecendo a todos a sua presença.

1. Informações

A Presidente do CR, Cláudia Silvestre, começou por informar que o calendário escolar e os horários do próximo ano letivo (2019/20) já estão disponíveis. Também informou ter remetido ao Conselho Técnico-Científico (CTC) o texto, aprovado na última reunião, sobre a eliminação do registo de situações relevantes positivas e negativas na avaliação dos docentes. Embora não tenha recebido nenhuma resposta formal, Cláudia Silvestre abordou informalmente a questão com a presidente do CTC, que se manifestou favorável à proposta do CR. A presidente do CTC referiu que, tendo em conta a agenda deste órgão, a proposta do CR deverá ser apreciada em 2020. Desta forma, Cláudia Silvestre propõe-se enviar novo

email ao CTC no início do próximo ano letivo, com o objetivo de relembrar a oportunidade de agendar essa discussão.

Manuel Batista informou que, no 16.º Concurso Regional Poliemprende, a Escola apresentou 7 projetos, tendo um deles obtido o 3.º lugar.

2. Aprovação da ata 24

A ata número 24 foi aprovada por unanimidade.

3. Sistema Interno de Garantia da Qualidade

Cláudia Silvestre começou por relembrar que, sendo da competência do Presidente da ESCS promover e dirigir o sistema de avaliação da qualidade, constituiu-se um Gabinete de Apoio à Qualidade, de cujo conselho consultivo fazem parte, entre outros elementos, os presidentes do Conselho de Representantes, do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Pedagógico. Embora o CR não se demita da sua missão de refletir e de apresentar propostas e sugestões, há neste caso órgãos que o poderão fazer de uma forma mais consistente. Nesse sentido, Cláudia Silvestre irá solicitar ao conselho consultivo do GAQ que faça uma análise mais aprofundada sobre o sistema de avaliação da qualidade.

O CR apresentou em 2017 e 2018 algumas sugestões de alteração ao questionário feito aos estudantes. Essas alterações serão acolhidas em breve pelo Gabinete de Qualidade e da Acreditação do IPL. Na altura em que as sugestões foram apresentadas, a implementação do processo de avaliação encontrava-se ainda atrasada em muitas unidades orgânicas. Este ano, o IPL considerou que estavam reunidas as condições para se repensar o processo e pediu a todas as unidades orgânicas que apresentassem sugestões.

Dando início à discussão, Ricardo Nogueira expôs as suas reservas em relação a entradas do questionário como «A minha motivação para a UC» ou «A minha prestação global na UC», cujos termos nucleares não considera suficientemente claros.

Júlia Leitão de Barros observou que a motivação dos alunos é um indicador especialmente permeável a distorções: por exemplo, as unidades curriculares teóricas suscitam à partida motivações negativas. Por outro lado, aspetos como o horário atribuído às UC exercem influência na perceção que os alunos têm das cadeiras e do seu desempenho nelas. Desta forma, Júlia Leitão de Barros defendeu que pontos do questionário como estes deveriam ser usados essencialmente como fator de ponderação dos resultados globais.

Manuel Batista chamou a atenção para o facto de, com frequência, os alunos só compreenderem plenamente a importância de certas UC no final do seu percurso académico.

Helena Ribeiro reforçou esta ideia, recordando os testemunhos de ex-alunos da ESCS constantes na secção “Perfil” do site da Escola. Para além de recordar que uma das propostas que o CR já apresentou consiste na realização de inquéritos aos alunos finalistas, Helena Ribeiro observou também que as perguntas atualmente feitas são demasiado instrumentais e, como tal, poderiam ser repensadas.

Júlia Leitão de Barros referiu-se a uma reflexão, ocorrida numa reunião de secção, sobre se seria legítimo pôr em pé de igualdade a opinião de um aluno do 1.º ano e a opinião de um aluno finalista, dado que se trata de dois elementos com uma perceção muito diferente quer do curso, quer da Escola. Alertou ainda para o facto de inquéritos excessivamente longos poderem provocar um enviesamento das respostas: estas tenderão a exprimir de forma pouco crítica o sentimento global que a UC despertou no aluno, sem que este pondere suficientemente sobre cada um dos aspetos específicos em causa.

Cláudia Silvestre referiu que a possibilidade de o inquérito aos estudantes ser realizado apenas no final do 3.º ano, quando estes adquiriram uma compreensão mais consistente do curso, já foi abordada com elementos do IPL, tendo sido considerada impraticável.

Luís Guilherme propôs que as perguntas dos questionários incidissem sobre as áreas científicas, agrupando assim conjuntos de UC.

Mário Barata observou que as respostas dos alunos exprimem frequentemente um juízo comparativo global entre as diversas UC do semestre, sem atender às especificidades de cada uma delas.

Cláudia Silvestre alertou para a circunstância de o sistema de garantia da qualidade provavelmente pressupor a avaliação individual dos docentes, o que não permitiria agrupar UC. Abordou depois o problema de os dados recolhidos nos inquéritos não serem devidamente analisados, nomeadamente através da introdução de ponderadores. Dos dados recolhidos é feita apenas uma breve sumarização; se esta vier futuramente a ser usada, estará já desatualizada, e quaisquer decisões que se tomem com base nela serão decisões com um fundamento muito frágil.

Ricardo Nogueira retomou a sua intervenção inicial, insistindo na necessidade de tornar o questionário mais claro, nomeadamente esclarecendo-se o que se entende por motivação

nas perguntas em que esse indicador ocorre. Apontou ainda a visão ideológica que subjaz ao questionário, que pressupõe um papel preponderante do docente na relação pedagógica e que demite o aluno da responsabilidade de se empenhar ativamente nessa relação e de adquirir autonomia.

Cláudia Silvestre sugeriu que o inquérito aos diplomados, esse sim, incidisse sobre as áreas científicas, o que reduziria consideravelmente a extensão do documento.

Às dezasseis horas e trinta minutos, por razões justificadas, o conselheiro Nuno Portugal ausentou-se da sessão.

Ricardo Nogueira propôs que do questionário constasse uma pergunta como «O aluno consultou a bibliografia da UC?», como forma de aferir o seu empenho, a sua motivação e a sua autonomia.

Helena Ribeiro observou que, dada a natureza quantitativa do questionário, através dele dificilmente se poderão obter dados qualitativos.

Cláudia Silvestre referiu que as reuniões das Comissões Pedagógicas poderiam ser instrumentos privilegiados para a obtenção de dados qualitativos, mas frequentemente os alunos não transmitem aos seus representantes a informação solicitada. Por outro lado, registam-se casos em que os alunos não se reveem naquilo que o seu representante reporta à Comissão.

Ricardo Nogueira lamentou que o balanço das UC em sede de Comissão Pedagógica nem sempre seja feito de boa-fé, referindo casos em que as informações prestadas pelos representantes dos alunos não correspondiam à verdade.

Cláudia Silvestre lembrou que, a pedido do CR, os relatórios de curso devem conter em anexos as atas ou os memorandos das reuniões das Comissões Pedagógicas. A hipótese de o acesso a estas atas ser aberto aos alunos foi discutida, tendo Júlia Leitão de Barros e Ricardo Nogueira alertado para a possibilidade de isso se traduzir num cenário em que informações erróneas e potencialmente difamantes estariam acessíveis a toda a comunidade escolar. Assim, a publicação destas atas deverá pressupor um contraditório.

Helena Ribeiro referiu que os alunos deveriam poder ter acesso àquilo que os seus representantes comunicam às Comissões Pedagógicas. Isto permitiria que houvesse uma verificação mais eficaz da exatidão daquilo que é reportado. Neste sentido, defendeu também

que as turmas deveriam estar representadas nas Comissões Pedagógicas não apenas pelo delegado, mas também pelo subdelegado.

Júlia Leitão de Barros observou que a forma como os resultados dos inquéritos é comunicada aos docentes – os resultados são agregados e não separados por turma – acaba por diluir a perceção do modo como a UC foi recebida nos diferentes grupos. Sublinhou também a necessidade de se proceder à análise dos dados obtidos, de forma a melhorar o funcionamento das diversas valências da Escola.

Helena Ribeiro propôs que no âmbito das Jornadas Pedagógicas que anualmente se realizam na ESCS se promovesse uma reflexão sobre os instrumentos de avaliação de qualidade, e também sobre a forma de trabalhar os dados obtidos.

Júlia Leitão de Barros aplaudiu a proposta de Helena Ribeiro, frisando que esse espaço de discussão deve reunir especialistas com visões diferentes sobre as questões em causa, sustentadas na experiência e na reflexão. Relembrou, a propósito, que estão em causa instrumentos de governança tendencialmente considerados inquestionáveis, mas que é sempre legítimo questionar.

Ricardo Nogueira concordou igualmente com esta iniciativa. Reforçou ainda a necessidade de o inquérito aos alunos repensar a forma como aborda os alunos, deixando de os encarar como uma entidade passiva e confrontando-os com indicadores do seu desempenho ativo no processo de aquisição de conhecimentos.

Mário Barata observou que os inquéritos não devem servir apenas para avaliar o serviço prestado pela Escola – devem servir também para a Escola conhecer melhor os alunos.

Cláudia Silvestre propôs-se comunicar à Direção e ao Conselho Pedagógico a sugestão de dedicar uma futura edição das Jornadas Pedagógicas às questões debatidas na reunião de hoje.

Relativamente ao sistema de avaliação dos funcionários não docentes, Mafalda Andrade referiu que os Serviços Académicos e a Biblioteca são os únicos serviços avaliados, embora não sejam os únicos em que há interação com os alunos.

Helena Ribeiro referiu que os Serviços Académicos deveriam ser avaliados não só pelos alunos, mas também pelos docentes – tal como estes últimos deveriam ser avaliados pelos funcionários dos Serviços Académicos.



Júlia Leitão de Barros levantou a questão de os inquiridos dos funcionários não-docentes não garantirem a preservação do anonimato dos inquiridos, dado tratar-se de um universo muito restrito. Mafalda Andrade confirmou que em determinados serviços, através do cruzamento de algumas respostas (por exemplo categoria profissional, género, tempo de serviço e habilitações literárias), é possível identificar a sua autoria. Helena Ribeiro propôs, assim, que se ponderasse repensar a relevância dessas perguntas.

Helena Ribeiro propôs que, no sentido de se encurtar a extensão dos questionários, se opte por recolher alguns dados noutras fontes – suprimindo, por exemplo, entradas como «A relação entre o n.º total de de ECTS (créditos) e o n.º de horas de trabalho exigidas pela UC».

4. Assuntos supervenientes

Nada mais havendo a tratar, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos a Presidente deu por encerrada a sessão, tendo sido lavrada a presente ata.

A Presidente do Conselho de Representantes

Cláudia Vasconcelos Silvestre

A Vice-Presidente do Conselho de Representantes

Helena Ribeiro